

Gênero e raça numa perspectiva decolonial

Gender and race from a decolonial perspective

Wéllia Pimentel Santos*

RESUMO

Este artigo propõe analisar as relações entre gênero e raça numa perspectiva decolonial, o que nos capacita a compreender a complexidade das opressões que impactam as mulheres, em especial mulheres negras. A linha de argumentação estará ancorada nos seguintes questionamentos: como são construídas as ideias de gênero e raça a partir de uma perspectiva decolonial? De tal modo, inicialmente apresento uma breve retrospectiva dos registros da teoria decolonial, aprofundando reflexões acerca das principais premissas dessa corrente teórica, para em seguida realizar uma interconexão entre gênero e raça, de modo a desvelar uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas de poder, opressão e resistência que caracterizam as sociedades, a partir dessa perspectiva. Em termos metodológicos foi realizada uma varredura na literatura de modo a construir discussões expressas pelas categorias desenvolvidas pelo feminismo decolonial, à luz das análises acuradas de autoras renomadas da área. Como consequência, evidenciou-se que sob a ótica da colonialidade, a categoria de gênero é compreendida como intrinsecamente ligada às relações de poder historicamente construídas. Por sua vez, a interseção entre gênero e raça é fundamental para entender as complexidades das experiências individuais. Essas categorias interagem de maneira única, moldando as vivências e desafios enfrentados por mulheres e homens de diferentes grupos étnicos.

Palavras-chave: gênero; raça; decolonial; colonialidade.

ABSTRACT

This article proposes to understand the relations between gender and race from a decolonial perspective, which enables us to understand the complexity of oppressions that impact women, especially black women. The line of argument will be anchored by the following question: how are ideas of gender and race constructed from a decolonial perspective? Therefore, I initially present a brief retrospective of the records of decolonial theory, deepening reflections on the main premises of this theoretical current, and then carrying out an interconnection between gender and race, in order to reveal a more in-depth understanding of the dynamics of power, oppression and resistance that characterize societies, from this perspective. In methodological terms, a scan of the literature was carried out in order to construct discussions expressed by the categories developed by decolonial feminism, in light of accurate analysis by renowned authors in the area. As a consequence, it became clear that from the perspective of coloniality, the category of gender is understood as intricately linked to historically constructed power relations. In turn, the intersection between gender and race is fundamental to understanding the complexities of individual experiences. These categories interact in unique ways, shaping the experiences and challenges faced by women and men from different ethnic groups.

Artigo submetido em 18 de janeiro de 2024 e aprovado em 24 de abril de 2024.

* Mestra em Ensino em Saúde pela Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: welliapimentel@hotmail.com

Keywords: gender; race; decolonial; coloniality.

1 INTRODUÇÃO

O feminismo emerge como um movimento abrangente, envolvendo esferas sociais, políticas, culturais e acadêmicas, com o propósito de assegurar os direitos das mulheres e reconfigurar as dinâmicas sociais para alcançar a equidade entre os indivíduos. Suas raízes remontam ao século XVIII, inicialmente ligadas à busca pelo direito de voto, mas ao longo da história, manifestou-se em diversas fases. Atualmente, sua narrativa se expandiu e diversificou, originando uma multiplicidade de feminismos, cada qual com suas variações e abordagens específicas, refletindo distintas perspectivas políticas. Entre eles, destacam-se o feminismo cultural, o radical, o ecofeminismo, o feminismo liberal, o feminismo da diferença, o feminismo marxista, além de uma variedade de outras correntes (Álvarez, 1990).

Todavia, apesar dos debates internos e da diversidade de perspectivas, o feminismo, em sua essência, mantém fundamentos compartilhados que são profundamente enraizados no eurocentrismo e na modernidade. Essa base comum, ao reproduzir os elementos da modernidade, contribui de maneira intrínseca para a perpetuação de tendências profundamente racistas, ao negar constantemente outras formas de conhecimento e experiências. Ou seja, no contexto dos países periféricos do Sul Global, somos percebidos como o passado da humanidade, sendo necessário avançar, se possível, em direção a uma verdadeira humanidade, a uma superação genuína. Essa narrativa é compartilhada pela maioria dos feminismos.

Ao examinarmos as histórias geradas pelos diversos feminismos, desde os mais liberais até os mais marxistas e radicais, ironicamente todos esses movimentos, em última análise, acreditam que estão situados em um espaço de libertação. As críticas feministas consideram que as mulheres em outras partes do planeta necessitam de sua agência, habilidade de produção de pensamento e interpretação, bem como sua capacidade de moldar a história, para alcançar a libertação. Assim, há uma percepção de que, para sermos melhores, precisamos da influência e orientação da Europa.

Considerando a divergência de debates dentro do campo feminista, sob uma perspectiva subalterna, muitos deles se revelam como projetos que, em última instância, atendem em muitos aspectos, apenas aos interesses de algumas mulheres, especificamente, beneficiando aquelas que possuem privilégios de classe, raça, além de melhor situadas geopoliticamente. Contudo, como escreve bell hooks (2019, p. 36), “não é nenhum acaso que a luta feminista tenha sido tão facilmente cooptada pelos interesses do feminismo conservador e liberal”, tendo em vista que, em muitos países, como os Estados Unidos, o feminismo é meramente uma ideologia burguesa. No entanto, é evidente que, para a grande maioria das mulheres, essa abordagem não se mostra eficaz.

Logo, dado ao crescente debate em torno das teorias feministas que vêm emergindo no que tange às categorias de gênero e raça numa perspectiva crítica e transformadora, este artigo objetiva evidenciar e problematizar tais categorias, a partir de uma abordagem decolonial, a qual busca dismantelar estruturas opressivas, além de desafiar as perspectivas eurocêtricas, valorizando conhecimentos indígenas e locais, e reconhecendo as hierarquias de poder presentes nas metodologias e teorias tradicionalmente utilizadas.

Para tanto, o artigo está dividido em duas seções em que, inicialmente, se buscou refletir sobre o feminismo decolonial, correlacionando-o às contribuições de outras correntes feministas. Posteriormente, problematizou-se gênero e raça a partir de uma perspectiva decolonial, de modo a desvelar uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas de poder, opressão e resistência que caracterizam as sociedades.

2 REFLEXÕES SOBRE O FEMINISMO DECOLONIAL

A perspectiva decolonial tem suas raízes em uma reinterpretação da história nas décadas de 1960 e 1970, na América Latina e no Caribe, com a obra de intelectuais como Frantz Fanon, Aníbal Quijano e outros. No entanto, foi nos anos 1990 que o pensamento decolonial ganhou mais destaque como um movimento acadêmico e político mais estruturado na região. Essa abordagem considera a modernidade ocidental como um desdobramento do capitalismo que se estabeleceu nesse contexto, além de reconhecer a importância do colonialismo na formação da modernidade ocidental.

A partir dessa base, são elaborados vários elementos, sendo a colonialidade um conceito-chave que se estende desde 1960 até os dias atuais. A abordagem explora então o funcionamento do capitalismo, o racismo e as opressões, tratando da crítica e desmantelamento das estruturas de poder, conhecimento e cultura que foram estabelecidas durante os períodos de colonização. Além disso, destaca o feminismo decolonial e suas críticas à universalidade dos movimentos feministas, propondo uma reflexão sobre a subordinação das mulheres dentro desse contexto (Quijano, 2005).

Ao retomar as contribuições de outras correntes políticas, no que tange à análise do ativismo de mulheres negras e a formulação de seus repertórios discursivos como grupo historicamente oprimido, temos no feminismo negro a busca por questionar a universalidade das experiências feminina, incorporando fatores como raça, classe, sexualidade, dentre outros. As formulações assumidas a esse pensamento questionam as implicações das opressões não apenas como elementos de identidade, mas como uma *episteme* que esclarece a articulação da tríade modernidade, colonialismo e capitalismo global (Collins, 2019; Rodrigues, 2021).

O feminismo autônomo, por sua vez, levanta questionamentos em relação à institucionalização do feminismo. As autoras dessa corrente, tais como Silvia Federici (2019), destaca a importância da autonomia das mulheres em suas lutas por igualdade e liberdade. Para as pensadoras desta corrente, a institucionalização do movimento feminista resultou em uma burocratização da prática política.

Integra a esse contexto o Feminismo Lésbico. Algumas autoras associadas a esta corrente incluem: Adrienne Rich, Audre Lorde e Cherrie Moraga, que buscam compreender o regime da heterossexualidade como uma estrutura que afeta diversas formas de relações sociais, indo além da esfera da prática sexual. Esse enfoque identifica esse sistema lógico presente no casamento nuclear familiar, na ideologia da diferença sexual, e destaca seus efeitos não apenas nas lésbicas, pessoas trans e gays, mas também em todas as interações sociais que estabelecemos.

No que tange ao feminismo colonial, este desempenha um papel significativo na análise das interseções entre colonialismo, gênero e feminismos. Suas principais expoentes são: Gayatri Chakravorty Spivak, bell hooks, Chandra Talpade Mohanty, e seu objetivo é examinar as categorias que empregamos para explicar a realidade, buscando desvincular-se de categorias modernas criadas dentro da tríade, como democracia e estado moderno. Portanto, esta perspectiva não apenas critica essas categorias, mas também se volta às práticas políticas em torno de uma proposta autônoma das dinâmicas de poder no contexto pós-colonial.

Paralelamente a esta ação, o feminismo decolonial atribui grande importância a formas de expressão que não se limitam à escrita, apesar de se reconhecer seu valor. Como ressalta Deepika Bahri (2013, p. 660), uma perspectiva feminista pós-colonial exige “um letramento crítico geral, isto é, a capacidade de ler o mundo (especificamente, nesse contexto, as relações de gênero) com um olhar crítico”. Destacando-se a valorização de outras formas de conhecimento e de produção de pensamento, como questões artísticas, visuais e o ativismo, esta abordagem considera que a atenção a essas dimensões é crucial, resgatando, por exemplo, a

história oral como parte da recuperação de uma faceta do pensamento que não recebeu a devida institucionalização na academia.

Na perspectiva dessa abordagem, historicamente fomos apresentados a uma narrativa por meio de uma historiografia hegemônica, que os colonizadores foram retratados como conquistadores e descobridores. No entanto, tanto as feministas decoloniais quanto os grupos indígenas e afrodescendentes sustentam que o que se desdobrou após 1960 foi, na verdade, um etnocídio histórico com implicações que persistem na contemporaneidade, dentro desse contexto de colonialidade (Ballestrin, 2020; Lugones, 2008; Segato, 2011).

De modo geral, estas autoras salientam que somos indivíduos dotados de conhecimentos e experiências válidas, e independentemente de estarmos vinculados ou não à academia existe uma valorização em curso, uma espécie de resgate de saberes coletivos.¹(Collins, 2019 p. 67) (Ressalta-se que se utiliza aqui o termo "resgate", visto que ao longo da história, as pessoas detiveram uma gama de conhecimentos que não foram reconhecidos como tal, em grande parte devido à institucionalização do pensamento e da epistemologia de uma perspectiva ocidental). Institucionalização esta que propôs a validação apenas de uma determinada forma de produção de conhecimento, assumindo-a como objetivamente neutra, entre outros aspectos.

Outro aspecto crucial para esta reflexão envolve a interconexão entre pensamento e ação. Um feminismo decolonial sem uma prática política efetiva é inconcebível. “O feminismo de(s)colonial tem proposto reflexões e intervenções de uma forma bastante inovadora, não podendo ser reduzido a um feminismo exclusivamente acadêmico ou militante” (Ballestrin, 2020 p. 3). Assim, a autora considera que enquanto há setores do feminismo colonial e decolonial que podem ser considerados institucionalizados, principalmente nas esferas acadêmicas, um feminismo eminentemente decolonial deve, por sua natureza, ser uma prática política coletiva e integrar-se a um movimento social articulado com diversos outros movimentos simultaneamente.

Nestes termos, uma das contribuições mais relevantes do pensamento decolonial e pós-colonial reside na crítica à universalização de categorias estáveis, modernas e ocidentais. Esses pensamentos são questionados como válidos, visando promover um desengajamento epistemológico. Ao mesmo tempo, propõem-se outras categorias analíticas que capacitam o fortalecimento das práticas políticas em que estamos engajados.

Desenvolver o pensamento feminista decolonial também implica estabelecer um diálogo e contribuir de maneira significativa para a reflexão sobre essas lutas em contextos contemporâneos marcados pelo capitalismo, racismo e sexismo, concentrando-se principalmente na luta essencial contra os feminicídios (Bidaseca, 2011). Nesse sentido, a autora apresenta uma crítica substancial à concepção das mulheres como vítimas, buscando explorar principalmente a ideia de considerá-las como categorias da micropolítica e da existência, em vez de meramente de resistência.

Isso implica na possibilidade de contemplar a dominação e a luta das mulheres feministas e dos movimentos que não são devidamente reconhecidos na América Latina e estendem-se a outras regiões como a África e a Ásia. Dessa maneira, Bidaseca (2011) propõe suas reflexões concebendo uma cartografia ancorada nessas lutas como ferramentas críticas de

¹ A presença de saberes coletivos de mulheres negras desafia duas interpretações predominantes a respeito da consciência dos grupos oprimidos. A primeira afirma que os grupos subordinados se identificam com os poderosos e não têm interpretação independente válida de sua própria opressão. A segunda pressupõe que os oprimidos são menos humanos que aqueles que os dominam e, portanto, menos capazes de interpretar suas próprias experiências. Ambas consideram que qualquer consciência independente expressa pelas afro-americanas e por outros grupos oprimidos ou não é de nossa criação, ou é inferior à dos grupos dominantes. E o que é mais importante: ambas as explicações sugerem que a suposta falta de ativismo político dos grupos oprimidos decorre de uma falta de consciência de nossa própria subordinação.

construção, além de considerá-las como oportunidades epistêmicas e metodológicas para enriquecer as discussões sobre os feminismos coloniais.

Uma observação compartilhada não apenas pelas autodenominadas feministas decoloniais, mas que tem suas raízes no feminismo autônomo, diz respeito ao fortalecimento, especialmente a partir das décadas de 1980 e 1990, da presença de instituições globais como o Banco Mundial (Bird), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização das Nações Unidas (ONU), que passaram a definir as agendas políticas de muitos movimentos (Ballestrin, 2020). Dentro desse cenário, destaca-se a atuação da cooperação internacional do Norte.

Todavia, considera Ballestrin (2020, p. 3) que, “a participação onusiana na globalização/internacionalização/transnacionalização do movimento feminista tem sido uma questão bastante conflituosa, disputada e controversa em seu interior”, levando as feministas a argumentarem que essa cooperação representa uma forma ‘neocolonial’ em relação aos países considerados subdesenvolvidos ou os apelidados pela nomenclatura de “terceiro mundo”. Portanto, esse engajamento se daria a partir de um paradigma de desenvolvimento centrado no Norte, refletindo uma perspectiva eurocêntrica e branca de influenciar não apenas a presença em nossos países, mas também as prioridades políticas dos movimentos sociais.

Essa crítica fundamental é dirigida, sobretudo, pelo movimento autônomo que considera abundante a participação na atual onda de cooperação internacional, tornando-se imperativo que as pessoas envolvidas nesse processo reflitam profundamente, especialmente se estiverem verdadeiramente comprometidas com a transformação social (Alvarez, 1998). Assim, se a intenção é continuar validando o paradigma moderno e perpetuar políticas neocoloniais, então, sem dúvida, a cooperação internacional é uma das estratégias para alcançar esse objetivo. No entanto, há aquelas que têm criticado essas políticas por um longo período, e acreditam que estabelecer uma coalizão internacional entre o Norte e o Sul é uma questão fundamental que merece atenção (Alvarez, 1998; Alvarez *et al.*, 2003).

Estas feministas acreditam que, em vez de definirmos a cooperação internacional da maneira como é feita atualmente, centrada em projetos e financiamento, devemos buscar solidariedade entre as transnacionais e reconhecer que grande parte do dinheiro presente aqui foi obtido por meio do colonialismo.

É incontestável que historicamente a Europa tem sido o epicentro do mundo, em grande parte devido ao colonialismo. Portanto, em vez de simplesmente continuar com práticas de cooperação e assistência, é sugerida uma abordagem baseada em políticas de reparação, como uma forma mais significativa de ação.

Estas consideram então fundamental refletirmos como podemos lutar a partir daqui para evitar que essas transnacionais destruam nossos territórios, recursos e, principalmente, afetem os povos indígenas e camponeses afrodescendentes. Acreditam que uma coalizão entre o Norte e o Sul pode ser estabelecida, mas que ela deve ser fundamentada em movimentos sociais críticos, capazes de questionar seus próprios privilégios para estabelecer um vínculo político humano, existencial e global.

3 PROBLEMATIZANDO GÊNERO E RAÇA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL

O entrelaçamento complexo entre gênero e raça tem sido objeto de análise e reflexão em diversos campos acadêmicos e movimentos sociais, sendo estas categorias compreendidas não apenas como marcadores de identidade, mas estruturas sociais que moldam as experiências individuais e coletivas de forma interconectada. Nesses preceitos, ao investigar a interconexão entre gênero e raça, a tentativa é de desvelar uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas de poder, opressão e resistência que caracterizam as sociedades.

Lélia Gonzalez (2020), buscando compreender o pensamento feminista dos países latino-americanos, explora a ideia de que a dominação de gênero é a forma mais antiga de opressão na história da humanidade, e reflete sobre as possibilidades de desenvolver políticas emancipatórias a partir da interseção entre gênero, sexo, colonialidade, poder e conhecimento. De modo semelhante, Ângela Davis fomenta críticas significativas, ao propor uma análise sobre a categorização do humano e do não-humano, instigando-nos a repensar a mulher como “expressão central do caráter socialmente condicionado da inferioridade feminina” (Davis, 2016 p. 29), portanto, a negação da humanidade.

Dado que as vivências das mulheres racializadas são influenciadas por uma intrincada rede de discriminação que transcende as limitações impostas pelas categorias isoladas de gênero e raça, torna-se mister nesse contexto analisar como essas categorias se entrelaçam, influenciando as relações sociais, a distribuição de recursos e oportunidades, além de orientar os debates em torno da igualdade de gênero e justiça social. Para isso, cabe retomar as discussões propostas por María Lugones, sobre ‘Colonialidad y género’ (2008), no qual a autora problematiza que os conceitos de homem e mulher, tais como os apreendemos atualmente, são construções derivadas de um sistema moderno, ocidental e colonial de gênero. Essa perspectiva, fundamentada pela autora nos estudos de Oyeronke Oyewumi (1997) e Aníbal Quijano (2000), é articulada pelo termo “sistema colonial de gênero”. Isso converge aos seguintes questionamentos sobre o tema: mas o que é este moderno sistema colonial de gênero? O que significa viver dentro de tal sistema?

Inicialmente, buscando compreender o sistema colonial moderno, uma vez que Aníbal Quijano (2000) propõe que a modernidade e a colonialidade são duas facetas interligadas, a autora considera que enquanto a modernidade representa as características visíveis e organizacionais da sociedade, o colonial refere-se à parte obscura, violenta e oculta desse sistema.

Neste contexto, há que ressaltar que existem cinco etapas comumente utilizadas para dividir a história da humanidade. A primeira é a pré-história, que aborda os primeiros seres humanos e é documentada por meio de pinturas rupestres. Com o advento da escrita, inicia-se a Idade Antiga, englobando as civilizações mesoamericanas, como os maias e os astecas, além das culturas mesopotâmicas, como babilônios e egípcios, e as sociedades clássicas de Roma e Grécia. Com a queda do Império Romano e o surgimento do cristianismo, temos o início da Idade Média, enquanto a descoberta da América marca o início da Idade Moderna.

Na América, vivenciamos o período colonial, enquanto a Europa vivenciou o Renascimento e, posteriormente, o Iluminismo, ao qual desencadeia a Revolução Francesa. Este evento assinala o término da era moderna e o início da era contemporânea. Concomitantemente à Revolução Francesa, iniciaram-se movimentos de independência nas colônias, marcando o início da época contemporânea, que é a que experimentamos atualmente. Assim sendo, se a era moderna chegou ao fim, conquistamos nossa independência e superamos o período colonial, adentrando efetivamente na pós-modernidade, por que ainda persistimos em um sistema colonial moderno?

A resposta a este questionamento reside no fato de que o padrão de poder mundial permanece inalterado desde a instauração da modernidade, disseminando-se pelo globo durante os processos de descolonização. A lógica do sistema que prevalece atualmente, cujo princípio organizador é a raça, é o que Aníbal Quijano denomina como ‘colonialidade do poder’. Por tanto, para Quijano, “las luchas por el control del «acceso sexual, sus recursos y productos» definen el ámbito del sexo/género y, están organizadas por los ejes de la colonialidad y de la modernidad” (Lugones, 2008, p. 78; Quijano, 2000).

Lugones corrobora com esta lógica de Aníbal Quijano de que o atual sistema de dominação é colonial e racista, sendo a raça, segundo estes autores, uma invenção colonial que serviu para legitimar a supremacia branca, a divisão do trabalho e a apropriação de recursos

naturais. Segundo eles, historicamente, o racismo e a branquitude têm sido usados para justificar a discriminação e a violência contra indígenas, negros e qualquer pessoa não branca. Contudo, Lugones aponta que um dos pressupostos fundamentais que Quijano deixou de mencionar é que o mesmo ocorre com as categorias de sexo e gênero. A autora argumenta que se cria um discurso natural e cientificamente comprovado de que só existem duas categorias sexuais: homens e mulheres, categorias estas elaboradas para justificar a supremacia masculina e a divisão de papéis sociais. Assim, “tanto el dimorfismo biológico, el heterosexualismo, como el patriarcado son característicos de lo que llamo el lado claro/visible de la organización colonial/moderna del género” (Lugones, 2008, p.78; Quijano, 2000).

Dito de outra maneira, da mesma forma que o racismo utiliza a aparência física como um indicador de raça, o sistema de gênero utiliza os papéis reprodutivos para afirmar que as mulheres, por engravidarem e serem mães, devem se dedicar exclusivamente ao espaço privado e à criação dos filhos. Essa ideia pressupõe que cabe aos homens assumir a responsabilidade por todos os aspectos do espaço público.

Lugones (2008) esclarece estar cientificamente estabelecido que não há evidências justificadas para a existência de várias raças dentro da humanidade. Da mesma forma, a visão dicotômica das categorias sexuais, limitando-se a homens e mulheres nos extremos de um espectro, é questionável, pois as intersexualidades, situadas no meio desse espectro, também são categorias válidas. No entanto, a cultura ocidental frequentemente optou por patologizar e apagar essas identidades, chegando a impor mutilações e tratamentos médicos, uma vez que não se encaixam nos padrões reprodutivos que o sistema capitalista valoriza. Esse comportamento revela como as crenças culturalmente internalizadas e normalizadas podem desafiar aqueles que não se enquadram nos moldes estabelecidos pelo sistema.

Fundamentando na perspectiva de seus estudos realizados nos Estados Unidos, Lugones (2008) considera que o sistema binário de gênero não é universal e não estava presente em todas as culturas ao redor do mundo. Ao examinar algumas tribos nativas americanas, a exemplo da Oyéronké Oyewùmi, em sua obra ‘A invenção das mulheres’ (1997), a autora, identificou que o gênero nessas comunidades não seguia estritamente um modelo binário, sendo, na verdade, construído com base na espiritualidade em vez de características biológicas.

O exemplo dado pela autora é o Iorubá, uma civilização baseada no que hoje chamamos de Nigéria. A organização social dos Iorubá era baseada na idade e não nos papéis reprodutivos, e na realidade os conceitos de homem e mulher que sabemos hoje não existia como tal para os iorubás. Em ambos os contextos, a introdução das categorias de sexo e gênero ocorreu por meio do processo de colonização.

Nas palavras da autora, “Oyéronké Oyewùmi nos ha enseñado que el sistema opresivo de género que fue impuesto en la sociedad Yoruba llegó a transformar mucho más que la organización de la reproducción”. A autora argumenta que tal pesquisa nos mostra que o alcance do sistema de gênero imposto através do colonialismo “abarca la subordinación de las hembras en todos los aspectos de la vida. Esto nos lleva a ver el análisis del alcance del género en el capitalismo global eurocentrado de Quijano como bastante más limitado de lo que parece a primera vista (Oyewumi, 1997 *apud* Lugones, 2008, p. 86).

Nesta perspectiva, é crucial compreender que a cultura ocidental fundamenta essas categorias, ou seja, homens e mulheres, em seu próprio contexto, adotando uma postura eurocêntrica. Em outras palavras, a masculinidade caracterizada através de características como forte, inteligente e civilizada, enquanto a feminilidade descrita como pura, virginal e submissa. Isso implica que ao afirmar a existência de homens e mulheres, o sistema está referindo-se a homens e mulheres brancos. Logo, para classificar os não-brancos, as categorias de homens e mulheres foram aplicadas de maneira desumanizadora, assemelhando-os a animais.

E neste cenário, em ambas as regiões, tanto nas Américas quanto na África, alguns homens colonizados optaram por se aliar aos colonizadores brancos para estabelecer domínio

sobre as mulheres, que agora eram colonizadas. Contudo, houve resistência à completa adesão a esse regime, e é por isso que encontramos, até hoje, comunidades em povos indígenas com identidades trans e não binárias que persistem e resistem. Um exemplo disso é evidente no México, onde muitos casos demonstram que nosso passado não é estritamente binário² (Kons, 2020 p. 12) (Simionato, 2022 p. 328). É importante observar que, ao documentar e estudar as características dessas culturas, suas visões de mundo, tradições e identidades foram coagidas a se adaptar ao modelo europeu (Simionato, 2022).

Outro exemplo nos é dado pela pré-historiadora francesa, Marylène Patou-Mathis, em sua obra ‘O homem pré-histórico também é mulher: uma história da invisibilidade das mulheres’ (2022), ao descrever como as mulheres na pré-história também desempenhavam papéis diversos, tais como o de caçadoras. Para a autora, “as novas técnicas de análise de vestígios arqueológicos, as recentes descobertas de fósseis humanos e o desenvolvimento da arqueologia de gênero colocaram em questão vários lugares-comuns e clichês” (Patou-Mathis, 2022, p. 13).

Por muitos anos, praticamente todas as narrativas ensinadas, por meio de livros didáticos e no ambiente escolar traziam relatos de que nas sociedades antigas havia um sistema binário de gênero, associando os homens às tarefas de força e relegando as mulheres aos afazeres domésticos ou tarefas consideradas simples, dando ênfase na reprodução e criação de filhos. No entanto, percebemos a impiedosa interpretação patriarcal da história, influenciada por uma visão ocidental de que em todas as sociedades existem papéis³ distintos para homens e mulheres, ou seja, a interpretação da nossa história de maneira binária, normativa, baseada na ideia de supremacia masculina (Patou-Mathis, 2022, p. 14).

Se considerarmos, no entanto, que o conceito de homem e mulher é uma construção típica do Ocidente que se disseminou globalmente através da colonização, não podemos afirmar que em todas as culturas ao longo da história humana existiram categorias distintas de homens e mulheres (Simionato, 2022). Isso reforça a ideia de que homens e mulheres são uma invenção ocidental e colonial. Similarmente, ao reconhecer que as raças não existem, mas o racismo persiste, é hora de repensarmos o gênero, questionando se de fato o conceito existe como uma realidade universal e não como uma construção social influenciada por contextos específicos de violência de gênero.

Para Lugones (2008), a raça não é nem mais mítica nem mais fictícia que o gênero; ambas são poderosas ficções. Este sistema binário de gênero sexual, onde só existem homens e mulheres com uma visão branca e capitalista dos papéis de gênero, se dissemina pelo mundo através da colonização e se estabelece na modernidade. Isso, junto com a questão racial, é utilizado para justificar relações no que denominamos como o sistema de gênero colonial moderno.

Outra importante referência decolonial no que se refere às reflexões entre gênero e raça é a antropóloga Rita Segato, que por meio de uma análise crítica das interseções entre as categorias, argumenta em seu texto ‘Gênero y colonialidad’ (2011), que, até o momento, a humanidade não desenvolveu uma maneira de reconhecer o gênero que não seja fundamentada no patriarcado. Mesmo dentro do movimento feminista contemporâneo, observa-se um grupo

² Dentro de um contexto colonial/colonizado, como é o México, em que, formalmente, só se reconhecem dois gêneros, as muxes são, portanto, identidades transgêneras, pois há uma transição entre gêneros. Porém, vale ressaltar, que não se trata de uma identidade/gênero estática, mas em constante mudança. Destarte, ressalta-se sua característica de (trans)gênero não-binário, pois, as muxes não se limitam às performances femininas (ou seja, não transitam entre gênero homem e o gênero mulher), mas também, podem exercer performances específicas à identidade muxe, bem como, performances masculinas.

³ Para Patou-Mathis, a pré-história é uma ciência jovem, que nasce em meados do século XIX. É provável que os papéis dos dois sexos nos primeiros textos dessa nova disciplina tenham tido mais relação com a realidade da época em que foram escritos do que com a do tempo das cavernas.

crecente que sustenta a posição de que discutir gênero é desnecessário, considerando-o uma invenção e uma interpretação patriarcal interessada do corpo. Essa perspectiva é justificada, pois, de maneira análoga à raça, onde o gênero é entendido uma construção que perpetua a ideia de que há uma diferença biológica que cria assimetrias, servindo como base para desigualdades, assim como acontece com a raça.

Conforme Segato (2011) há um grupo dentro do feminismo decolonial que expressa preocupações semelhantes a estas, embora não necessariamente dentro da abordagem decolonial. Judith Butler (2018) é um exemplo, que mesmo não estando vinculada ao movimento decolonial, argumenta que discutir gênero reforça e solidifica um binarismo que não deveríamos esforçar para consolidar. Contudo, a autora discorda dessa perspectiva, argumentando que a categoria 'gênero' representou um esforço significativo do pensamento feminista para compreender que existe algo além da natureza, que não é uma determinação, distanciando-nos assim de um pensamento centrado em um corpo determinante e uma biologia determinante (Segato, 2011).

Nesse sentido, acredita ter sido dado um passo importante, e embora para alguns o termo possa ser apreendido como uma invenção, para a autora, esta não foi uma criação arbitrária. Trata-se de uma categoria destinada a interpretar e atribuir um lugar aos corpos. Portanto, de certa forma, o termo exerce certa violência sobre todos aqueles que não se encaixam nessa interpretação dos corpos. Em todo caso, abordar o tema do gênero nos possibilita realizar uma crítica à desigualdade, questionando a hierarquia, pois o gênero atua como uma categoria que solidifica uma crença que, na prática, causou consideráveis danos (Segato, 2011).

Segato explicita ter enfrentado críticas de um grupo de pensadoras, incluindo aquelas ligadas ao feminismo crítico e mesmo ao feminismo latino-americano. E mesmo persistindo um contínuo debate em relação a esse tema, com críticas frequentes ao emprego da palavra "gênero", o contra-argumento para essa contestação emerge quando a autora emprega a analogia da raça, destacando uma estrutura semelhante entre raça e gênero, categorizando ambas como construções históricas destinadas à dominação.

Em outras palavras, os produtos e conhecimentos que emanam de determinados corpos, sejam corpos racializados ou corpos feminizados, são conhecimentos e produtos que têm menos valor, isto é, que podem ser apropriados através de menores remunerações, menores reconhecimentos etc., e isso é efeito da raça e do gênero, que são ferramentas fundamentais de dominação.

Logo, corrobora-se que não é possível abordar a questão de gênero sem considerar a questão racial. O feminismo que negligencia o racismo representa uma acomodação branca, institucional e eurocêntrica que não está sintonizada com nosso contexto, ambiente e realidade. Essa perspectiva não reconhece a presença e a experiência das mulheres latino-americanas, sendo uma abordagem inadequada e desvinculada da nossa verdadeira situação (Segato, 2011).

Dito de outro modo, as críticas de que não devemos abordar a questão racial, de que discutir raça perpetua uma invenção destinada à discriminação e expropriação, são contestadas pela autora ao defender a necessidade de nomear essas categorias para lutar contra aqueles que as criam. Embora reconheça a armadilha que essa abordagem representa, Segato destaca em suas reflexões a importância de superá-la e, eventualmente, abolir essas categorias. Para a autora, a estratégia de não nomear, adotada pelas elites, é, na verdade, uma forma de manter a existência dessas categorias, enquanto nomeá-las é fundamental para enfrentar e superar essa realidade. Os problemas sem nomenclatura são habilmente gerenciados pelas elites, enquanto o trabalho dos direitos humanos é inerentemente nomeador. Todos os progressos nos direitos humanos representam avanços na atribuição de nomes, na elaboração de uma lista de nomes para o sofrimento humano. Em outras palavras, consiste na descoberta e formulação de termos para identificar o que não deveria existir (Segato, 2011).

Um exemplo disso é que muitas vezes não percebemos a violência psicológica até começarmos a identificar suas diferentes facetas e aspectos. Diversos tipos de violência, inclusive aquelas que não são explicitamente mencionadas nas leis, podem ser observadas. A recente Lei Maria da Penha, por exemplo, incorpora a nomeação de diversos tipos de violência, seguindo as diretrizes da Convenção de Belém do Pará (Brasil, 1996). Portanto, isso configura uma violência material que, pelo menos nas leis, não está explicitamente mencionada.

Além disso, trata-se também de uma violência simbólica, uma maneira de atribuir valores diferenciados às pessoas com base em seu gênero. Nestes moldes, o que isso nos indica, na verdade, é que se não nomearmos o gênero ou contra-argumentarmos a essa posição, bem como se não nomearmos a raça, torna-se impossível implementar medidas de ação afirmativa para combater a discriminação, uma vez que, conforme estabelecido pelos manuais das Nações Unidas sobre direitos humanos, para corrigir a discriminação que perpetua a desigualdade histórica, é necessário promover a discriminação na direção oposta (Segato, 2011).

Essa ação de discriminação no sentido oposto é conhecida como discriminação positiva, na qual se busca favorecer positivamente aqueles que já foram alvo de discriminação negativa. Por meio dos direitos humanos e de políticas públicas, essa abordagem visa promover a equidade, corrigindo desvantagens historicamente inexistentes. Portanto, corrobora-se com a autora de que é crucial nomear o gênero, pois ele é sinônimo de patriarcado, um sistema de desigualdade que, com base na biologia, coloca as mulheres em uma posição de subordinação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo procurei apreender as categorias de gênero e raça numa perspectiva crítica e transformadora, de modo a evidenciar e problematizar tais categorias, a partir de uma abordagem decolonial, a qual busca desmantelar estruturas opressivas, além de desafiar as perspectivas eurocêntricas, valorizando conhecimentos locais, não hegemônicos, reconhecendo as hierarquias de poder presentes nas metodologias e teorias tradicionalmente utilizadas.

As proposições teóricas e conceituais consideram haver uma universalidade no mito que sugere que a subordinação feminina, a dominação da mulher, remonta a um tempo arcaico, a um conflito inicial, a um ato primordial de força perpetrado pelos homens no início da fase humana, quando os primatas evoluíram para humanos. Esse período provavelmente coincide com o momento em que as mulheres foram disciplinadas e capturadas, sendo submetidas ao domínio masculino.

Vimos que as discussões propostas por María Lugones, sobre colonialidade e gênero, problematizam os conceitos de homem e mulher, e tal como os compreendemos atualmente, são construções derivadas de um sistema moderno, ocidental e colonial de gênero, portanto, uma construção típica do Ocidente que se disseminou globalmente através da colonização.

Neste cenário, evidenciou-se que dado que as vivências das mulheres racializadas são influenciadas por uma intrincada rede de discriminação que transcende as limitações impostas pelas categorias isoladas de gênero e raça, abordar as questões de gênero sem considerar as nuances raciais pode resultar em análises incompletas e políticas inadequadas, visto que para Lugones, a raça não é nem mais mítica nem mais fictícia que o gênero; ambas são poderosas ficções. Este sistema binário de gênero sexual, onde só existem homens e mulheres com uma visão branca e capitalista dos papéis de gênero, se dissemina pelo mundo através da colonização e se estabelece na modernidade.

Observamos ainda, na abordagem de Segato, sob a ótica da colonialidade e do poder, que a invenção da raça é explorada como um evento decorrente da conquista e colonização, impactando as dinâmicas discriminatórias e as desigualdades globais. Além disso, a análise se estende ao papel do patriarcado, destacando como o formato pós-colonial desse sistema contribuiu para a reviravolta provocada pela conquista e colonização. Este processo envolveu

a apropriação das hierarquias pré-coloniais e a transformação do patriarcado em uma forma altamente impactante e letal. Rita Segato, ao contextualizar essas invenções como produtos históricos e resultantes de uma narrativa de dominação que teve início no processo colonial, destaca em suas reflexões as dificuldades do Estado em oferecer proteção e em transformar a narrativa em uma direção menos racista, misógina e homofóbica, evidenciando sua clara limitação na capacidade de assegurar a proteção dessas mulheres.

Tudo isso converge ao entendimento de que desconstruir as normas de gênero dentro de um contexto decolonial implica desafiar as estruturas eurocêntricas e valorizar os diferentes saberes locais, reconhecendo as diversas formas de expressão de identidade de gênero, além das fronteiras impostas pela colonização. Uma abordagem decolonial busca promover a autonomia e a diversidade de experiências de gênero, resistindo às imposições colonialistas.

Neste ínterim, é imperativo entender que a prática e a ação do feminismo colonial envolvem simultaneamente reflexão e teorização, uma vez que estamos envolvidas em práticas políticas ao mesmo tempo em que refletimos e teorizamos sobre nossa realidade. Isso representa a proposta de um projeto político que considere a ótica de uma sociedade mais inclusiva, sensível às dinâmicas coloniais e comprometida com a promoção da diversidade epistêmica.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ, Sonia. **Engendering democracy in Brasil: women's movements in transición politics**. Pinceton: Princeton University Press. 1990.

ALVAREZ, Sonia E. "Feminismos Latino-Americanos". In: **Revista Estudos Feministas**, v. 6, n. 2, 1998.

ALVAREZ, Sonia E. et al. (2003). Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 11(2): 360, julho-dezembro.

BAHRI, Deepika. "Feminismo no/e pós colonialismo". In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(2): 336, maio-agosto/2013.

BALLESTRIN, Luciana. (2020) "Feminismo de(s)colonial como feminismo subalterno latino-americano". In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.28, n.3, p.1-14. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/75304>

BIDASECA, Karina. "Mujeres blancas buscando salvar a mujeres color café": desigualdad, colonialismo jurídico y feminismo postcolonial. In: **Andamios** [online]. 2011, vol.8, n.17.

BRASIL. Decreto n. 1.973 de 1º de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm. Acesso: 12 dez. 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão de identidade. 16ª Ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COLLINS, Patricia Hill. (2019). **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani, 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa. Mulheres**. Corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax, Elefante Editora, 2009.

GONZALEZ, Lélia (2020). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 2020.

hooks, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Tradução: Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

LUGONES, María. “Colonialidad y género”. In: **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73-101, 2008.

OYEWUMI, Oyeronke (1997). **The Invention of Women**. Making an African Sense of Western Gender Discourses. Minneapolis, University of Minnesota Press.

PATOU-MATHIS, Marylène. **O homem pré-histórico também é mulher: uma história da invisibilidade das mulheres**. Tradução Julia da Rosa Simões. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

QUIJANO, Aníbal (2000). **Colonialidad del poder, eurocentrismo y America latina**, en Colonialidad del Saber, Eurocentrismo y Ciencias Sociales. 201-246. CLACSO-UNESCO 2000, Buenos Aires.

QUIJANO, Aníbal (2005). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires.

RODRIGUES, Cristiano e FREITAS, Viviane Gonçalves. “Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional”. In: **Revista Brasileira de Ciência Política** [online]. 2021, n. 34, e238917. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.34.238917>. Epub 03 Mar 2021.

SEGATO, Rita Laura (2011). “Gênero y colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial”. In: BIDASECA, Karina y LABA, Vanesa Vazquez, (Comps.) **Feminismos y poscolonialidad: escolonizando el feminismo desde y en América Latina**. Buenos Aires, Ediciones Godot, Colección Crítica, 2011.

SIMIONATO, Gabriel Donizetti F. (2022). Gêneros não-binários etnohistóricos: O gênero Muxe e a colonialidade. **Revista Discente Ofícios de Clio**, Pelotas, vol. 7, n° 12, janeiro – junho.